

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado do Maranhão Class.: 310

Data: 23/06/92 Pg.: _____

Procuradoria move ação contra o Estado e União

Desde o último dia 12 que a Procuradoria Geral da República no Maranhão entrou na Justiça com uma ação civil pública contra o Estado e a União, objetivando a retirada do povoado São Pedro dos Cacetes de dentro da reserva Cana Brava Guajajara, em Barra do Corda. O Procurador Geral da República, Nicolau Dino Neto, destacou que os ânimos dos índios arrefeceram, e embora alguns deles ainda pensem em invadir o povoado, a maioria, se tranquilizou, com a ação, que irá resgatar o convênio assinado entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Estado, em 1979.

Este convênio previa o repasse de recursos, para que o Estado retirasse dois povoados que estavam na reserva: Alto Alegre e São Pedro. O primeiro foi retirado e as famílias se encontram hoje em Buriticupu, Grajaú e Barra do Corda, enquanto que o segundo ficou e vem sendo alvo de conflitos entre índios e posseiros. O último conflito, que estourou com a invasão da Polícia Federal na área, com o intuito de reprimir o tráfico de maconha e policiais e indígenas foram agredidos, trouxe ao Maranhão o diretor de Polícia Federal, Romeu Tuma e o presidente da Funai, Sidney Possuelo.

Os Guajajaras tomaram armas e veículos dos policiais federais e condicionaram a devolução do acervo, a retirada do povoado de dentro de suas terras, área de-



Nicolau Dino: "Ânimo dos Índios se arrefeceu"

marcada e homologada desde o final do ano passado. O conflito assumiu proporções enormes e brancos e índios estiveram na eminência de uma guerra. Ambos garantiam invadir seus domínios. Hoje, Nicolau Dino Neto diz que há insegurança, intraquilidade e indefinição na vida dos posseiros, afinal eles nunca terão título de posse de terra, já que a área é uma reserva indígena.

"Queremos um remanejamento pacífico", determina o Procurador, explicando que a qualquer momento o Estado po-

derá cumprir o convênio, basta apenas vontade política. Ele disse também que a União deveria ter garantido a posse dos índios, mas ela se omitiu e permitiu a consolidação do povoado na área indígena. Enquanto a Procuradoria aguarda que os acusados sejam citados e que estes, em 60 dias contestem, para que haja o julgamento, a direção da Funai faz contatos com a comunidade Guajajara de Cana Brava. Não há novidades entre os índios, mas a retirada do povoado é muito viva na cabeça de todos.